

---

## **Elas são Feias e Nós Somos Lindas: a Performance da Ideologia de Gênero da Ministra Damares nos Vídeos do Canal Diário do Centro do Mundo<sup>1</sup>**

Amanda Veríssimo da SILVA<sup>2</sup>

Luiza Gurgel Queiroz de ALMEIDA<sup>3</sup>

Daiany Ferreira DANTAS<sup>4</sup>

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN

### **RESUMO**

O objetivo deste artigo é analisar os aspectos desveladores da performance de gênero contidos no discurso da atual Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves. A plataforma de coleta dos discursos emitidos pela ministra será o Youtube, em vídeos hospedados no Canal Diário do Centro do Mundo, uma mídia independente, de viés político declarado como de esquerda. O canal hospeda 18 vídeos comentando Damares, destes, usamos o material de 2. Localizamos, nos discursos da ministra, o modo como gênero e sexualidade estão enunciados, de modo a compreender como surgem na construção de uma performance discursiva termos como “meninos usam azul e meninas usam rosa” ou “elas são feias e nós somos lindas”, a partir da contextualização de sua origem.

**PALAVRAS-CHAVE:** comunicação; mídia independente; ideologia de gênero; ministra; DCM;

### **INTRODUÇÃO**

Judith Butler, em seu livro Problemas de Gênero (BUTLER, 2003), discorre e analisa sobre o que seria gênero, sexo, e qual a relação entre ambos. Segundo a filósofa, o sexo está ligado diretamente à biologia, e o gênero é culturalmente construído, sendo este nem resultado do sexo nem tão fixo quanto o sexo. Dessa forma, o sujeito passa a ser contestado “pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo” (p. 26).

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na IJ08 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 30 de maio a 1 de junho de 2019.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação do 7º semestre do Curso de Jornalismo da UERN, e-mail: amanda1verissimo@gmail.com

<sup>3</sup> Estudante de Graduação 5º semestre do Curso de Jornalismo da UERN, e-mail: luizagurgelq@gmail.com

<sup>4</sup> Orientadora do trabalho. Docente do Curso de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), email: daianyd@gmail.com

---

Analisando a perspectiva de que gênero é um conjunto de significados culturalmente reconhecidos pelo corpo sexuado, e de que sexo, teoricamente, seria a distinção binária masculino/feminino, para a autora, “não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois” (BUTLER, 2003, p. 26). A distinção entre sexo e gênero permite uma intermitência entre o que seriam corpos sexuados e gêneros construídos a partir de signos e significados culturais.

Quando o *status* construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que *homem* e *masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher* e *feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino (BUTLER, 2003, p.26).

De acordo com os estudos da autora, a sociedade encontra-se estabelecida em construções sociais baseadas numa ordem compulsória da heterossexualidade, na qual demonstra conformidade entre um sexo, um gênero e um desejo baseados na relação homem/mulher. E para dar fim a este raciocínio baseado na binariedade, enfatiza a necessidade de subverter essa ordem, deslegitimando a lógica heterossexual.

Ao mesmo tempo em que a filósofa conceitua o gênero como sendo algo culturalmente construído, divergindo-o do sexo, ela diz que a ideia de gênero como constructo cultural é o que consolida os próprios sexos já estabelecidos socialmente.

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos (BUTLER, 2003, p.27).

Ou seja, o gênero não é simplesmente uma construção cultural que se procede no estabelecimento do sexo, ele é “o meio discursivo/cultural pelo qual ‘a natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discurso’, anterior à cultura” (BUTLER, 2003, p. 27), aprisionando o sexo em uma natureza viciosa e determinante. Sendo assim, a partir destas análises inseridas no livro, a produção do sexo como pré-discurso acaba sendo efeito da construção cultural que se designa por gênero.

---

Embarcando mais a fundo nos estudos de Butler sobre gênero, a ideia de construção deste nos leva a ver certo determinismo de significados a partir dele mesmo, abarcando dois corpos anatomicamente diferenciados. Nesse sentido, o corpo passa a ser um mero recipiente passivo de reprodução dos símbolos construídos a partir de uma lei cultural pré-definida e imutável.

Quando a ‘cultura’ relevante que ‘constrói’ o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino (BUTLER, 2003, p.28-29).

Incluído nessa universalidade de sentidos e observações acerca do gênero e do sexo, o que vai buscar estabelecer limites à análise ou preservar de pressupostos dogmáticos é o discurso e sua função no constructo social: é ele que tem a capacidade de definir antecipadamente quaisquer características e configurações do gênero na cultura, ou seja, é o discurso que condicionará os limites desse gênero. Segundo Judith Butler,

[...] tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal. Assim, a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável do gênero (BUTLER, 2003, p.30).

O gênero é compreendido, para o senso comum, como uma “marca” de diferenciação biológica, cultural e linguística. Assim, entendido como “um significado assumido por um corpo (já) diferenciado sexualmente” (BUTLER, 2003, p.31), partindo da conjectura de que este significado só existe pelo fato de outro significado oposto também existir. Dessa forma, o gênero acaba produzindo uma falsa noção de estabilidade, no caso da construção social estabelecida, baseada na heterossexualidade marcada pelo falocentrismo assegurada por dois sexos fixos: homem/mulher, macho/fêmea, masculino/feminino, entre outros, e o discurso acerca dessa binariedade é o que nutre – através de gestos, repetição de atos, signos e símbolos – essa ordem compulsória. Trata-se, para Butler, de uma questão de performatividade.

## **1 GÊNERO E MÍDIA: MEDIAÇÕES, HETERONORMATIVIDADE E SUBVERSÕES**

Desde que os meios de comunicação de massa surgiram, nos séculos XX e XXI, e passaram a influenciar diretamente na vida e convívio social, tornou-se impossível não se deparar com alguma prática que não dependesse ou ao menos utilizasse os meios de comunicação na vida cotidiana. Dessa forma, a mídia faz parte diretamente da prática social, e, a partir disso, torna-se mediadora das relações sociais estabelecidas na sociedade.

Mediação “corresponde a um processo em que um elemento é intercalado entre sujeitos e/ou ações diversas, organizando as relações entre estes” (MATTOS et al., ano, página). No caso da mídia, ela própria passa a ser mediadora da relação entre a sociedade e seus sujeitos com ela mesma, interferindo de diversas formas, e é a partir dela que ocorre a circulação de formações de discursos que são responsáveis pela construção e constituição das relações de gênero social, e estão ligadas diretamente ao agente da sociedade.

Analisar discursos de gênero na mídia contemporânea é abrir espaço para debater questões, como: “o que é gênero?”; “quem a ideia de ‘gênero’ abrange?”; “de que forma esses sujeitos estão sendo apresentados e analisados?”, entre outras indagações. Além de compreender a construção social da binariedade heterossexual, oriunda de significados falocêntricos e hegemônicos, na qual a construção da imagem feminina é vista simbolicamente como a lógica mais comercial no discurso midiático.

A mídia reproduz sentidos que permeiam o imaginário social a partir de representações. Assim, é com base no “simbólico” que constitui os sentidos gerados pelos textos midiáticos, e, apoiado em algo já dito e estabelecido dentro da formação dos discursos, que a identidade desse imaginário social é construída, na maioria das vezes através de representações estereotipadas que circulam a sociedade.

Por intermédio do discurso midiático, o simbólico permite a construção de representações sociais que constituem esse imaginário, este abrangendo e interferindo em todas as visões de mundo. Quanto à categoria “mulher”, a mídia é o principal agente que trabalha o simbólico na construção de representações do feminino, conservando ou renovando a imagem da mulher, ratificando valores e espaços desta na sociedade.

Discutir acerca da construção social e cultural em que o gênero é inserido e discutido perante a mídia é desmistificar a reprodução de uma subordinação feminina num ambiente falocêntrico e a dominação masculina na sociedade, sustentada,

---

principalmente, pelo discurso; além de analisar como a sociedade entende o que é ser homem e o que é ser mulher, e como isso constitui as relações de gênero. Nesse sentido, o discurso é o instrumento de reprodução e quase que determinante para a constituição das representações sociais, e a linguagem está diretamente relacionada a ele. Assim, é através da linguagem que os sujeitos se constroem numa relação social e constituem-se como seres discursivos.

Entender essa linguagem do discurso que materializa representações simbólicas cerceadas em processos históricos e culturais é desconstruir a legitimação destes discursos e identificar quais posições e espaços os sujeitos ocupam e representam nesse discurso. E, para isso, deve-se esmiuçar e analisar de que forma a mídia reproduz discursos através dessa linguagem acerca do gênero, de como ele representa, e como é visto para a sociedade e para cada sujeito. A partir do debate contemporâneo de gênero e compreendendo de que modo a mídia mobiliza e sempre mobilizou a binariedade, partimos para a discussão do atual debate em torno do falacioso conceito de “ideologia de gênero”.

## **1.2 IDEOLOGIA DE GÊNERO COMO FERRAMENTA POLÍTICA**

No ensejo de deslegitimar estudos e pesquisas complexas e que possuem diversas ramificações e bibliografias vastas no campo das ciências humanas e sociais em torno da categoria gênero, surge um termo político de caráter falacioso: a ideologia de gênero. Que consiste no pressuposto de que os estudos de gênero são instrumentos de corrupção da juventude e devastação das famílias nucleares fundadas na heteronormatividade e no binarismo sexual.

Um argumento típico do debate da ideologia de gênero é o de que as divergências biológicas entre homem e mulher são complementares e irreversíveis, sendo pressuposto que essas diferenças influenciam também no comportamento social. De acordo com Moore (1997), a própria ciência recusa essa interpretação determinante e objetiva. Porém, alguns órgãos e instituições da sociedade, como igrejas católicas e protestantes, fomentam essa ideologia, sendo responsáveis por alicerçar essa perspectiva da diferença entre os sexos na política, na educação etc. Além disso, ainda convergem com “toda e qualquer produção que localizem gênero e sexualidades fora da natureza e da biologia” (SILVA, 2018, p. 271), impedindo que tal debate evolua em alguns meios da sociedade.

---

A religião, antes particularidade do sujeito privado, vem se tornando nas últimas décadas um elemento constitutivo da vida pública, em que conservadores da direita tentam expandir seus ideais pessoais a toda uma sociedade (SANTOS, 2013, p. 29), implementando convicções religiosas até mesmo na educação, como quando

[...] cristãos das igrejas católicas e protestantes, e parlamentares das bancadas do Boi, Bala e Bíblia, que durante (e após) o processo de aprovação do Plano Nacional de Educação (2014) e da Base Nacional Comum Curricular (2017) se posicionaram contra o estudo e discussão de questões relacionadas a gênero e sexualidade nas escolas públicas brasileiras. Nesse processo, uma série de inverdades sobre as noções de gênero e sexualidade foram produzidas e localizadas como parte da teoria feminista e dos estudos sobre gênero e sexualidade (SILVA, 2018, p. 269).

As inverdades e o discurso ideológico tem o intuito de instaurar um pânico moral, ao mesmo tempo que deslegitima o discurso e as conquistas de direitos das mulheres e dos LGBTs, e “em consequência acabam incentivando e legitimando a violência de gênero e lgbtfobia” (SILVA, 2018, p. 269). É verdade que na opinião dessas pessoas os estudos de gênero tem o intuito de abalar a estrutura familiar tradicional e incentivar a sexualidade precoce, assim como desestruturar o binarismo de gênero, mas, sobretudo, esses embates criados surgem como ferramenta política, numa tentativa de combater qualquer discurso que seja contra-hegemônico e que ameacem o privilégio branco, a “moral e os bons costumes”.

### **1.3 ESTUDOS DE GÊNERO VS. OFENSIVA CONSERVADORA**

Considerada referência nos estudos de gênero e uma das mais importantes filósofas norte-americanas, Judith Butler fala sobre um “pós-feminismo” que vem para superar conceitos do feminismo filosófico. Segundo a filósofa, a teoria feminista, em sua essência, indica uma identidade definida, entendida pela categoria “mulheres” (BUTLER, 2003), mas argumenta que, pelo fato da linguagem e da política que representam as mulheres como “o sujeito” do feminismo ser um discurso e um efeito da política representacional, esse

[...] sujeito feminista se revela discursivamente constituído, e pelo próprio sistema político que supostamente deveria facilitar sua emancipação, o que se tornaria politicamente problemático, se fosse possível demonstrar que esse sistema produz sujeitos com traços de gênero determinados em conformidade

---

com um eixo diferencial de dominação, ou os produz presumivelmente masculinos. Em tais casos, um apelo acrítico a esse sistema em nome da emancipação das ‘mulheres’ estaria inelutavelmente fadado ao fracasso (BUTLER, 2003, p.19).

Para Butler, construir politicamente um sujeito é associá-lo a objetivos de legitimação e de exclusão, e ela critica o feminismo a partir da compreensão do que engloba o sujeito dessa ideologia, ou seja, da categoria “mulheres”, afirmando que esta é “produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação” (BUTLER, 2003, p.20).

Determinar a identidade feminista como “mulheres” é tentar universalizar todas as mulheres a uma mesma categoria, dividindo dos mesmos aspectos e vivências, denotando uma identidade comum (BUTLER, 2018). Presumir uma base universal para o feminismo acompanha concomitantemente, segundo a autora, “a ideia de que a opressão das mulheres possui uma forma singular [...] ou hegemônica” (BUTLER, 2003, p. 21).

A autora não indica que se recuse uma política representacional, mas que se formulem críticas embasadas às categorias de identidade que são naturalizadas pelas estruturas jurídicas contemporâneas. Nesse sentido, ela propõe um “pós-feminismo”, espaço de discussão sobre a construção do sujeito feminista a partir deste, renovando perspectivas da política feminista.

## **2 MÍDIA INDEPENDENTE E GÊNERO**

Desde do século XIX, quando a imprensa escrita eclodiu no Brasil, o jornalismo independente passou a ser visto nos mais diversos contextos políticos, podendo ser definido como um jornalismo desvinculado economicamente e editorialmente de grupos empresariais, surgindo como meio de antagonismo as mídias convencionais (LIMA, 2013 *apud* REIS, 2017, p. 194).

Com a inserção e avanço das novas tecnologias da comunicação, o jornalismo independente tornou-se mais abrangente devido ao fácil acesso a informação, que permite a esse jornalismo opositivo a ser produzido em uma ferramenta de baixo custo de manutenção e de uso irrestrito. A internet é um canal que difere dos outros que já vinham sendo massivamente utilizados porque

---

[...] integra modalidades diferentes de comunicação (interação recíproca, radiodifusão, busca-referência individual, discussão em grupo, interação pessoa/máquina) e diferentes tipos de conteúdo (texto, vídeo, imagens visuais, áudio), em um único meio de comunicação. Essa versatilidade torna plausíveis afirmações de que a tecnologia vai estar implicada em muitos tipos de mudanças sociais, talvez mais profundas do que a televisão ou o rádio (DIMAGGIO et al, 2001, p. 308, tradução, apud VIEIRA, 2013, p. 05).

Tal ferramenta de difusão de informação trouxe a tona o tema de democratização dos meios de comunicação por permitir que os cidadãos opinem e interajam com a informação que lhes são passadas, assim como pela possibilidade de veiculação de uma quantidade ilimitada de veículos independentes e divergentes, que acabam por transmitir ao telespectador informações que diferem das grandes mídias. Com a facilidade de produção de conteúdo que a internet propõe, “qualquer pessoa ou grupo de comunicação pode criar um produto competitivo no mercado” (OTHON; BOLSHAW, 2014, p. 2).

No Brasil, o jornalismo independente teve seu auge durante as manifestações que aconteceram em junho de 2013. Somado ao ativismo político, essa categoria midiática mobilizou - através de encontros marcados pelo *Facebook* - milhares brasileiros a irem às ruas em protestos em todo o país.

Nessa ocasião, o ciberespaço foi fundamental para que as manifestações não só virtuais, mas também as físicas, acontecessem, além de contribuir diretamente para o surgimento/divulgação das iniciativas de jornalismo independente do país (OLIVEIRA; FERREIRA, 2016, s. p.).

Essa mobilização foi um marco significativo para o fortalecimento do jornalismo independente brasileiro no meio virtual, sobretudo porque foi um momento político em que inúmeros jornalistas pediram demissão - por não se identificarem com o posicionamento ou omissão do segmento editorial de onde trabalhavam - integrando-se ao jornalismo independente.

Um jornalismo independente é essencial em um regime democrático, ao possibilitar que as informações sejam divulgadas por veículos comunicacionais antagônicos, permitindo que os espectadores tenham o máximo de fontes acerca de um determinado acontecimento. Esses veículos serem independentes demandam maiores investigações de seus usos e práticas, mas precisam ser observados e considerados, em virtude de que



[...] os órgãos da mídia – emissoras de tv, rádios, jornais, revistas, portais – atuantes na esfera pública são em larga medida empresas privadas que, como tal, objetivam o lucro e agem segundo a lógica e os interesses privados dos grupos que representam (FONSECA, 2011, s.p.).

Muitas vezes uma empresa possui uma rede de comunicação concentrada em várias regiões, isso cria um monopólio da informação e acaba por afetar a democracia. A mídia independente surge como um meio de informação alternativo e não-convencional possibilitando um espaço contra-hegemônico na comunicação.

A mídia independente também revolucionou ao permitir a notoriedade de discursos que antes eram invisibilizados, como os de gênero, representatividade e afins. De acordo com Brioli (2011), a mídia tem a opção de propagar os estereótipos ou de ajudar a combatê-los, e o problema surge quando os meios de comunicação omitem o debate sobre a problemática desses estereótipos ou ajuda a reforçá-los. Dessa forma, esses veículos colaboram com

“a formação das identidades, sem questioná-las ou problematizá-las, causando dificuldades em estabelecer uma ruptura no modo em que a massa enxerga determinados grupos sociais, como negros, gays e mulheres. O problema de representação da mulher é nítido no campo jornalístico [...] Podemos citar [...] a objetificação, que banaliza a imagem feminina como algo a ser ‘usado’ e ‘consumido’. Outro ponto é o destaque dado para o sexo masculino, o qual faz com que as mulheres não tenham uma participação tão expressiva como jornalistas, fontes e/ou personagens em conteúdos jornalísticos, por exemplo.” (VINHOTE; SCONETTO; AGNEZ, 2017, s.p.)

Os meios de comunicação massivos retratam as mulheres de forma indevida, sendo a internet um recurso conveniente para o movimento feminista, ao permitir um espaço de ampla divulgação, discussões e de fácil acesso para o público em geral, oportunizando uma transformação na condição da vida das mulheres na sociedade e na mídia - questões aspiradas a muitos séculos, e que foi ganhando espaço a partir dos anos 1970<sup>5</sup>.

## 2.1 POR QUE ESTUDAR DAMARES?

---

<sup>5</sup> A cronologia do êxito dos estudos feministas na comunicação pode ser detalhadamente observada no texto de MESSA (2008), denominado “Os estudos feministas de mídia: um trajetória anglo-americana”. Esse texto pode ser encontrado no livro “Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa” organizado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Carolina D. Escosteguy.

---

Um forte discurso que parte da direita, sobretudo quando trata-se da “ideologia de gênero”, é o de que professores (e/ou esquerdistas, comunistas etc) doutrinam e impõem seus pensamentos e ideologias às crianças e jovens, porém, tais afirmações podem ser igualmente aplicadas aos adeptos desse discurso de doutrinação. Uma vez que os mesmos impõem, por exemplo, a manutenção da desigualdade de gênero, em que mulheres são inferiorizadas, a partir de perspectivas infundadas. (REIS; EGGERT, 2017, p. 20)

A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, representa em muitos de seus discursos essa lógica infundada, em que reforça a ideologia de gênero e a desigualdade entre os sexos. Ao estar atrelada à política bolsonarista - que utiliza estratégias de pulverização de notícias via redes sociais que deslegitimam a mídia formal e contestam a ciência e pensadores por eles ditos como de esquerda - a ministra torna-se uma importante personagem nesse contexto.

Ao emanar um discurso que para alguns é cômico e que não deve ser levado a sério, há na suas frases uma opinião aclamada e aplaudida por uma certa esfera da sociedade (sobretudo a cristã). A recente eleição do presidente Jair Bolsonaro - que também manifesta opiniões que para muitos são absurdas demais para serem levadas a sério - mostrou a importância de atentarmos a discursos como o de Damares.

### 3 ANÁLISE

Neste trabalho, por meio da análise de conteúdo e de uma revisão bibliográfica que considera as contribuições de Butler, analisamos dois vídeos acerca da performance de Damares. Ambos foram coletados da plataforma Youtube, devido à “hegemonia que este *site* sustenta atualmente: em escala mundial e também nacional, trata-se do maior e mais popular sítio de postagem e exibição *online* de vídeos, estando entre os dez sites mais acessados no Brasil e no mundo”<sup>6</sup>.

O canal de veiculação escolhido foi o Diário do Centro do Mundo (DCM) que mantém em média 164 mil inscritos e possui 300 vídeos, sendo uma mídia independente, de viés político declarado como de esquerda. Tal canal foi escolhido por não estar vinculado a nenhuma grande empresa de comunicação, pelo seu amplo alcance e por fazer um jornalismo que diverge da grande mídia.

---

<sup>6</sup> Ver em <<http://www.alexa.com/topsites/countries/BR>>. Acesso em: 15 jan. 2012 *apud* SILVA; MUNDIM, 2015, p. 235.

### 3.1 PERFORMANCES ANALISADAS

O vídeo “Curso intensivo de como ser linda como Damares” de 231’s, expõe a ministra discursando na Assembléia de Deus do Gama, em 2015, em que a mesma, aparentemente em um momento de pregação, diz: “sabe porque elas não gostam de homens? Porque são feias, e nós somos lindas” ao se referir às feministas. Tal discurso parte de um olhar estereotipado que recai sobre feministas, que supostamente odeiam homens pois lutam contra patriarcado e contra o machismo.

As feministas são vistas como antagônicas às mulheres evangélicas, como se fossem inimigas, e Butler (2003) discorre sobre essa disputa pela retórica, ao dizer:

A linguagem de apropriação, da instrumentalidade e do distanciamento que se adequa à forma epistemológica, também pertence a uma estratégia de dominação que joga o “eu” contra um “outro” (BUTLER, 2003, p. 207, 208).

O discurso de Damares evoca um distanciamento entre as mulheres evangélicas e as mulheres feministas, criando uma rivalidade. A ministra fomenta um discurso de que feministas são invejosas e por isso odeiam homens, por isso lutam contra o patriarcado. Tal discurso, articula uma lógica de que se você vê um problema na forma em que os homens se comportam dentro do contexto do patriarcado, significa que você é feia, e “elas”, evangélicas, não fazem isso porque são lindas.

Trata-se de uma identidade formulada pela lógica cristã e “que se afirma por intermédio de um processo de significação”, e esses significados já estão estruturados “em vários discursos interligados” e “a questão da ação não deve ser respondida mediante recurso a um ‘eu’ que preexista à significação” (BUTLER, 2003, p. 207, 208), ou seja, se uma mulher burla a significação já existente do patriarcado e da ética cristã, ela torna-se o “outro” - aquela que deve desmoralizada ou tida como “feia” por pensar diferente.

O próximo vídeo analisado é denominado “Damares Alves, ministra: ‘Atenção! Menino veste azul e menina veste rosa!’”, tem 35’s e o nome já deixa explícito o discurso contido no vídeo. De forma mais explicativa, a ministra fala ter se iniciado uma nova era no Brasil em que “menino veste azul, e menina veste rosa”, mais uma vez retomando a falsa ideia de ideologia de gênero disseminada por certos políticos da

---

direita. Essa frase não atrela aos sexos apenas a cores, mas a todo um discurso já alicerçado na cultura patriarcal, de que existem coisas de menino e coisas de menina, um determinismo de mão única. Se você nasce mulher, nasce predeterminada para fazer coisas de mulher, nascendo homem, é a mesma perspectiva. Em divergência ao discurso apresentada por Damares, BUTLER (2003) diz:

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente construídas (BUTLER, 2003, p. 20).

Ao contrário da determinação de gênero do discurso de Damares, Butler fala sobre a inexistência de um paradigma do que é ser mulher, pois “não se trata de defender a existência de uma mulher essencial, mas de uma mulher que se fez mulher historicamente, em uma dialética de dominação e resistência” (PINTO, 2010, p. 21). Além disso, a fala da ministra perpetua a diferença entre gêneros e assim, sua desigualdade, pois “a construção política do sujeito”, e como cada um dos sexos deve atuar na sociedade, “procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão” (BUTLER, 2003, p. 20).

## CONCLUSÃO

Este artigo teve o intuito de produzir uma análise, a partir consideração de Judith Butler, de dois discursos da Ministra Damares que repercutiram amplamente nas redes sociais. Foi coletado dados de uma mídia independente, que trata amplamente sobre a política atual e não está vinculada à macro-indústria da mídia nacional. Nas análises realizadas, pode ser observado como a ministra Damares constrói um discurso ideológico que busca reiterar o gênero binário e os princípios de esvaziamento do debate da diversidade de gênero que fundamentam a falácia da ideologia de gênero. Além de evocar discursos religiosos como alicerce de seu argumento público. Além disso, o discurso da ministra reforça a rivalidade feminina e desigualdade entre gênero, fortalecendo a perpetuação do patriarcado.

## REFERÊNCIAS

REIS, Mariana. **Comunicar, resistir**: um olhar sobre as práticas discursivas em rede do jornalismo independente no Brasil. *Vozes e Diálogo*, Itajaí, 9 dez. 2016.

VIEIRA, Vivian P. **O papel da comunicação digital na Primavera Árabe**: apropriação e mobilização digital. *In*: Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação Política, 5, 2013, Curitiba.

OTHON, Renata A. de Albuquerque; BOLSHAW, Marcelo. **A Mídia Ninja e o Incentivo ao Jornalismo Cidadão no Cenário das Manifestações Sociais Brasileiras**. *In*: XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2014, Foz do Iguaçu.

OLIVEIRA, Liliane; FERREIRA, Soraya. **Jornalismo independente no Brasil**: Mídia independente x Mídia tradicional. *In*: IX SIMPÓSIO NACIONAL ABCIBER, 2016, São Paulo.

FONSECA, Francisco. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 6, julho/dezembro de 2011.

BIROLI, Flávia. Mídia, tipificação e exercício de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 6, julho/dezembro de 2011.

VINHOTE, Ana Luiza; SCONETTO, Raphaella; AGNEZ, Luciane. **A presença feminina na mídia independente**: Análise de representatividade na Agência Pública e Mídia Ninja. *In*: XIX Congresso de Ciências da Comunicação, 2017, Cuiabá.

MOORE, Henrietta et al. **Understanding sex and gender**. Companion encyclopedia of anthropology. London: Routledge, p. 813-30, 1994.

SILVA, Elder L. dos Santos. **A 'Ideologia de Gênero' no Brasil**: conflitos, tensões e confusões terminológicas. *Revista Periódicus*, Bahia, 11 nov. 2018.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação & Sociedade**, Campinas, nº 138, jan/mar de 2017.

CURSO intensivo para ser linda como a Damares. YouTube: **Diário do Centro do Mundo**, 15/01/2019.

DAMARES Alves, ministra: "Atenção! Menino veste azul e menina veste rosa!". YouTube: **Diário do Centro do Mundo**, 03/01/2019.

PINTO, Céli R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, vº 18, jun. de 2010.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2013.

ZIMMERMANN, Tânia Regina. Mídia e gênero: olhares plurais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, nº 2, mai/ago de 2007.

---

FEMENÍAS, María Luisa. A crítica de Judith Butler a Simone de Beauvoir. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, nº 6, 2º sem. De 2012.

SOUZA, Luana Ferreira de. **Discurso e Gênero no processo de constituição da revista Capricho**. *In*: VI ENECULT, 2010, Salvador.